



GESTÃO COMPARTILHADA E PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O ICMS CULTURAL COMO POLÍTICA INDUTORA DE IMPLEMENTAÇÃO DE CONSELHOS GESTORES NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE

Leonardo Alexandre Santiago¹

Resumo: Os conselhos gestores são mecanismos de participação que permitem a interação entre sociedade e poder público. Desde a redemocratização do Brasil, na década de 1980, a participação da sociedade nas decisões do Estado tem se intensificado e os conselhos gestores têm se proliferado em várias áreas, inclusive na cultura. Nos 34 municípios da Região Metropolitana de Belo Horizonte há uma predominância na existência de Conselhos de Municipais de Patrimônio Cultural em detrimento de Conselhos Municipais de Cultura ou Política Cultural. O objetivo desse artigo é expor este cenário e analisar a relação entre o ICMS Cultural e a criação e manutenção de Conselhos de Patrimônio nesses municípios.

Palavras-chave: Conselhos Gestores; Patrimônio Cultural; ICMS Cultural; Região Metropolitana de Belo Horizonte.

A redemocratização do Brasil, na década de 1980, significou uma mudança no papel do Estado quanto à gestão de políticas públicas, até então caracterizadas pela centralização financeira e decisória no governo federal. A partir das mobilizações sociais e da promulgação da Constituição Federal de 1988, verificou-se um redesenho institucional do Estado, que adotou mecanismos de gestão democrática de políticas públicas, assim como de descentralização política e financeira. Se até então aos estados e municípios cabia, principalmente, o papel de executores das políticas formuladas pelo governo federal de forma centralizada, após a Constituição Federal as esferas estaduais e municipais iniciam um processo de implementação de gestões compartilhadas, e de construção de políticas públicas locais.

Em Minas Gerais, desde 1995, os municípios passaram a contar com a Lei Estadual 12.040, conhecida como Lei Robin Hood devido ao seu potencial

¹ Gestor Cultural. leosantiago@gmail.com

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

redistributivo, pois trata da distribuição aos municípios da receita arrecadada com o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços). Entre os critérios estabelecidos pela lei está a vinculação do repasse de parte dos recursos do ICMS à existência de uma política municipal de proteção do patrimônio cultural municipal, através da realização de inventários, tombamentos, registros, ações de educação patrimonial e investimentos financeiros. Além da existência de Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural.

O que se busca nesse artigo é avaliar qual o impacto dessa lei, vinte anos após sua implementação, quanto ao número de Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural na Região Metropolitana de Belo Horizonte, tendo em vista a possibilidade de ganho financeiro que os municípios passaram a ter ao seguir a política estadual de repasse do ICMS, coordenada pelo IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais). Foi utilizado, para efeitos de comparação, o número de Conselhos de Cultura ou de Política Cultural em atividade na região, para os quais ainda não foi implementada uma política que se reverta em ganhos financeiros para os municípios. O objetivo é tratar da importância da participação social para o setor cultural e avaliar os impactos que os mecanismos de repasse de recursos financeiros têm na criação e manutenção de conselhos gestores municipais.

Para isso foi adotada uma metodologia de pesquisa documental e bibliográfica referente ao histórico e ao papel da participação social no Brasil; à política do ICMS Cultural em Minas Gerais; à quantidade dos Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural e Conselhos de Cultura ou Política Cultural ativos no Estado e às datas de criação dos mesmos. No que diz respeito às informações referentes ao campo do Patrimônio Cultural, os dados estão organizados e disponibilizados para consulta pelo IEPHA. Já quanto aos Conselhos de Cultura ou Política Cultural, como os governos federal e estadual não possuem informações sobre os mesmos, fez-se necessária uma pesquisa por meio de contato com os órgãos gestores de cultura em cada um dos 34 municípios da região para identificar onde existem tais conselhos, quando foram criados e se estão em atividade.



Patrimônio Cultural

A preservação do patrimônio cultural começou a ganhar relevância política no Brasil a partir da década de 1920, quando a busca por uma identidade nacional levou à implementação de ações de proteção dos monumentos e objetos de valor histórico e artístico no país. Houve a partir de então, por parte dos modernistas, um interesse em recuperar o passado colonial e a arquitetura tradicional. Essa tendência teve continuidade na década de 1930 quando foi criado o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), que passou a executar uma prática de conservação orientada para a manutenção dos conjuntos tombados como objetos idealizados em detrimento de seu valor histórico.

A partir da segunda metade do século XX começou-se a verificar uma tendência mundial de expansão do conceito de patrimônio cultural, tornando o campo mais complexo. Da ideia de patrimônio baseada em monumentos históricos e artísticos do passado, passou-se a uma concepção de patrimônio entendido como o conjunto de bens culturais referentes às diversas identidades coletivas (CASTRIOTA, 2009).

Essa expansão foi incorporada também pela Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 216, definiu o patrimônio cultural brasileiro como bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade. Incluem-se aí as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e espaços destinados às manifestações artístico-culturais, além dos conjuntos urbanos, sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O grande papel do patrimônio cultural é o da manutenção, construção ou reconstrução da identidade (pessoal e coletiva) de modo sobretudo a proporcionar, ao indivíduo e ao grupo: a) um sentimento de segurança, uma raiz, diante das acelerações da vida cotidiana na atualidade; b) o combate contra o estranhamento das condições de existência, ao proporcionar o enganchamento do indivíduo e do grupo a uma tradição. (COELHO, 2009,

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

p. 307)

Desta forma é incorporada ao conceito de patrimônio cultural, a ideia do patrimônio imaterial ou intangível que, em vez de focar nas características técnicas ou estéticas dos artefatos, toma estes como expressões das práticas, processos e representações que as comunidades e indivíduos reconhecem como parte de seu patrimônio cultural.

Também a noção de “patrimônio cultural” vai sofrer uma ampliação, graças, principalmente, à contribuição decisiva da Antropologia, que, com sua perspectiva relativizadora, nele integra os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante. Nesse processo, a noção de cultura deixa de se relacionar exclusivamente com a chamada cultura erudita, passando a englobar também as manifestações populares e a moderna cultura de massa. (CASTRIOTA, 2009, p. 85)

Enquanto o patrimônio cultural foi visto de forma restrita, como uma questão estética e artística relacionada à excepcionalidade de alguns bens, os técnicos da área possuíram um papel decisivo na identificação e na definição sobre o que deveria ser conservado e como deveria se dar tal ação de conservação. A partir do momento em que a concepção de patrimônio foi ampliada, tornou-se necessário que o campo deixasse de ser exclusividade de apenas alguns profissionais especializados e tornou-se fundamental a participação de um corpo técnico interdisciplinar, bem como da sociedade (CASTRIOTA, 2009).

Como efetiva construtora do patrimônio cultural, ninguém mais do que ela apresenta legitimidade para designar o valor que justifique a preservação de determinado bem, o qual não precisa ser apenas artístico, arquitetônico ou histórico, mas também estético ou simplesmente afetivo. (RODRIGUES, 2009, p.31)

A questão do porquê conservar ganhou destaque, já que a conservação passou a ter como fim não mais a manutenção de bens materiais por si mesmos, mas sim a manutenção de valores incorporados pelo patrimônio (CASTRIOTA, 2009).

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

A identificação ou simpatia da comunidade por certo bem pode representar uma prova de valor cultural bastante superior àquela obtida através de dezenas de laudos técnicos plenos de erudição, mas muitas vezes vazios de sensibilidade. Além de significar, por si só, maior garantia para a sua efetiva conservação (RODRIGUES, 2009, p.31).

A entrada em cena de novos agentes encontrou amparo na Constituição Federal que prevê o trabalho conjunto entre Estado e sociedade ao afirmar que cabe ao Poder Público, com a colaboração da comunidade, promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Tem-se, cada vez mais, portanto, a necessidade de se contar com uma gama diversa de instrumentos que viabilizem a proteção do patrimônio. Entre esses instrumentos estão os conselhos gestores, que se configuram como ambientes de negociação entre poder público e sociedade civil. De acordo com Rodrigues (2009), o coração do Sistema Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural é este órgão colegiado e sua função primordial deve ser a definição das políticas que tornem efetiva a proteção do patrimônio cultural.

Conselhos municipais e participação na gestão pública

A proliferação de formas de organização da sociedade civil brasileira nas últimas décadas está profundamente relacionada ao processo de redemocratização do país. A luta de movimentos sociais contra o regime militar resultou no aparecimento de diversas reivindicações, por parte da sociedade, no que diz respeito à participação dos indivíduos nos processos de elaboração de estratégias e de tomada de decisão do poder público (GOHN, 2011).

Até a década de 1960 o país viveu uma “cidadania regulada”, em que eram reconhecidos como cidadãos apenas os trabalhadores. E mesmo entre eles havia restrição, já que era necessário ter uma profissão admitida por sindicatos reconhecidos pelo Estado (ROCHA, 2008).

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Com a ditadura militar, iniciada em 1964, o cenário se agravou devido ao impedimento de todo e qualquer tipo de mobilização política da sociedade. Os canais formais de manifestação e diálogo foram fechados, ficando os movimentos populares, e organizados da sociedade, sem alternativas consideradas lícitas para a canalização de suas insatisfações e demandas ao Estado. Esse período caracterizou-se pela centralização dos programas, pela unificação dos recursos e serviços prestados pelo Estado. Tudo sob controle militar (ROCHA, 2008).

O Brasil foi, até os anos 1980, um país com baixa propensão participativa, fenômeno esse ligado às formas verticais de organização da sociabilidade política, tais como a concentração do poder na propriedade da terra e a proliferação do clientelismo no interior do sistema político na maior parte do século XX. (AVRITZER, 2009, p.27, apud HOLANDA, 1995; LEAL 1946; GRAHAM, 1990)

Da década de 1970 em diante, no entanto, verificou-se um aumento significativo no número de associações comunitárias no país e a alteração na forma de relação destas com o Estado. Nesse período registrou-se o surgimento do que se convencionou chamar de “sociedade civil autônoma e democrática” (AVRITZER, 2009).

O entendimento dos processos de participação da sociedade civil e sua presença nas políticas públicas nos conduz ao entendimento do processo de democratização da sociedade brasileira; o resgate dos processos de participação leva-nos, portanto, às lutas da sociedade por acesso aos direitos sociais e à cidadania. Nesse sentido, a participação é, também, luta por melhores condições de vida e pelos benefícios da civilização. (GOHN, 2011, p. 16)

Ao final da década de 1980 uma série de formas híbridas de participação foram criadas no país. Entre elas os conselhos de políticas públicas, principalmente nas áreas de saúde, assistência social, meio ambiente e criança e adolescente (AVRITZER, 2009). Para Moroni (2009), essa participação se dá com a partilha do poder e o reconhecimento do direito da sociedade intervir de forma permanente nas decisões políticas.

É também a maneira através da qual as aspirações e as necessidades dos diferentes segmentos da população podem ser expressas no espaço público de

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

forma democrática, estando associada ao modo como esses “grupos” se percebem como cidadãos e cidadãs. (MORONI, 2009, p. 112)

Gohn (2011) afirma que é possível diferenciar três tipos de conselhos no cenário brasileiro do século XX. Primeiro, os criados pelo próprio poder público executivo para mediar suas relações com os movimentos e com as organizações populares, a partir do final dos anos 1970. Em segundo os conselhos populares, construídos pelos movimentos populares ou setores organizados da sociedade civil, em suas relações de negociações com o poder público no final dos anos 1970 e parte dos 1980. E por fim os conselhos institucionalizados criados por leis originárias do poder legislativo para atender a pressões e demandas da sociedade civil, que reivindicava participar da gestão dos negócios públicos.

O último modelo citado vem se proliferando desde a década de 1990 nas esferas federal, estadual e municipal, a partir de um redesenho institucional implementado após a Constituição Federal de 1988. Esta trouxe um novo formato de gestão das políticas públicas, instituindo os mecanismos de descentralização e a participação nas três esferas de governo.

Até então, a gestão pública caracterizava-se pela centralização financeira e decisória na esfera federal. Aos estados e municípios cabia, geralmente, o papel de executores de políticas formuladas pelo governo federal de forma centralizada. Essa situação só começa a ser alterada após a Constituição de 1988, com o processo de descentralização político-administrativo e a municipalização das políticas públicas.

Ainda segundo Gohn (2011), os conselhos gestores são uma forma de participação sociopolítica e como tal se configuram como:

canais de participação que articulam representantes da população e membros do poder público estatal em práticas que dizem respeito à gestão de bens públicos. Eles constituem, no início deste novo milênio, a principal novidade em termos de políticas públicas. Após as análises, conclui-se que eles são agentes de inovação e espaço de negociação dos conflitos. (GOHN 2011, p. 7)

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

Desde a elaboração da Constituição Federal observa-se um processo de redefinição do papel do Estado com a universalização dos direitos de cidadania, a descentralização e a gestão democrática de políticas públicas. Os Conselhos Gestores se apresentam então como espaços de interação entre governo e sociedade, em uma articulação que busca a democratização da formulação e da gestão de políticas públicas, assim como o controle de recursos também públicos.

Conforme Rocha (2008),

A inscrição de espaços de participação da sociedade no arranjo constitucional das políticas sociais brasileiras apostou no potencial das novas institucionalidades em mudar a cultura política do país, introduzindo novos valores democráticos e maior transparência e controle social na atuação do Estado no tocante às políticas sociais. (ROCHA, 2008, p.136)

A constituição também estimulou a descentralização política e uma maior autonomia da esfera municipal e estadual. Estabeleceu-se, a partir de então, formas de partilha de recursos fiscais para municípios e uma nova regulamentação das competências para implementação de políticas públicas nos três níveis de governo, deixando o espaço aberto para que a esfera estadual definisse os critérios de distribuição de recursos oriundos de impostos (BIONDINI; STARLING; CARSALADE, 2014).

Diante desse cenário, alguns repasses começaram a ocorrer na forma de prêmios a municípios e estados por aderirem a certas políticas públicas. Como consequência, muitos conselhos gestores passaram a ser criados e mantidos, graças ao interesse do poder público em contar com repasses financeiros oriundos de uma instância superior. Em Minas Gerais, por exemplo, em 1995, a Lei 12.040 (Lei Robin Hood) estabeleceu critérios de repasse do ICMS para municípios a partir da adesão dos mesmos às políticas estaduais de patrimônio cultural, educação, saúde, meio ambiente, entre outros.

ICMS como política indutora

De acordo com Arimatéia (2010), antes da lei Robin Hood, a proteção do patrimônio cultural sequer era discutida pelos municípios mineiros em suas agendas

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

políticas. Somente após a vinculação do repasse de recursos do ICMS Cultural à existência de uma política municipal de patrimônio cultural a situação começou a mudar.

O ICMS é uma política caracterizada por baixo custo de implementação e manutenção e vem acompanhada por incentivos financeiros. Em suma, o governo estadual instituiu um programa que oferece uma estrutura de incentivos favorável à adesão, o que se revela no amplo alcance da municipalização dessa política. (ARIMATEIA, 2010, p.196)

Para aderirem à política de distribuição do ICMS no critério patrimônio cultural, os municípios precisam elaborar um plano de trabalho, estruturar um sistema de gestão e comprovar atuação na proteção do patrimônio. As regras são formuladas pelo IEPHA e divulgadas através de deliberações normativas.

Atualmente são considerados atributos para efeito de cálculo do Índice de Patrimônio Cultural: Núcleo Histórico (NH), Conjunto Urbano ou Paisagístico (CP), Bens Imóveis (BI), Bens Móveis (BM), Registro de Bens Culturais Imateriais (RI), Inventário de Proteção do Patrimônio Cultural (INV), Educação Patrimonial (EP), Planejamento e Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e outras ações (PCL) e Fundo Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (FU).

De acordo com a deliberação normativa mais recente, 01/2016, de 23 de fevereiro de 2016, esses atributos estão divididos em três quadros que devem fazer parte do material submetido à avaliação do IEPHA, para fins de pontuação e posterior repasse financeiro. Entre o material a ser enviado consta uma declaração datada e assinada pelo prefeito (ou autoridade competente) com número e data da lei municipal de criação do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, atestando que a mesma se encontra em vigor; data da última aprovação do Regimento Interno do Conselho, atestando que o mesmo se encontra em vigor; meios de divulgação adotados pela administração municipal em relação à legislação municipal de criação do Conselho, regimento interno do Conselho e atas do Conselho e ano de exercício em que a cópia da lei de instituição do Conselho e de seu regimento interno foram encaminhadas ao IEPHA/MG. A deliberação estabelece ainda que “para efeito de pontuação, somente serão considerados

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

conselhos atuantes aqueles que tiverem, no mínimo, três reuniões com periodicidade mínima de quatro meses durante o ano de ação e preservação (período de 01/12 do ano anterior a 30/11 do ano seguinte).”

Desde a implementação da Lei Robin Hood, em 1996, diversas resoluções e deliberações foram produzidas pelo IEPHA, normatizando o mecanismo de distribuição do ICMS Cultural. Na resolução 01/97 ficou estabelecido que, a partir do ano exercício 1999, os municípios deveriam apresentar a lei de criação do Conselho Municipal do Patrimônio para fins de pontuação no atributo Planejamento e Política Municipal de Proteção do Patrimônio Cultural e outras ações (PCL). A mesma resolução estabeleceu que, a partir do ano exercício 2000, deveriam ser apresentadas cópias das atas do Conselho Municipal de Patrimônio Cultural, comprovando seu funcionamento.

O impacto dessa resolução pode ser percebido no número de conselhos de patrimônio criados e ativos até o momento. Dos 34 Conselhos Municipais de Patrimônio existentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte, 29 estão ativos e 30 têm suas leis de criação datadas posteriormente à resolução. A influência do caráter de recompensa financeira do ICMS Cultural também é visível quando se compara o número de Conselhos Municipais de Patrimônio em atividade com o número de Conselhos Municipais de Cultura ou de Política Cultural, como mostra a tabela abaixo:

MUNICÍPIO		CONSELHO DE CULTURA/ POLÍTICA CULTURAL ATIVO	ANO DE CRIAÇÃO	CONSELHO DE PATRIMÔNIO CULTURAL ATIVO*	ANO DE CRIAÇÃO
1	Baldim	Não		Sim	2006
2	Belo Horizonte	Sim	2008	Sim	1984
3	Betim	Não		Sim	1996
4	Brumadinho	Sim	2014	Sim	2001

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

5	Caeté	Não		Sim	2011
6	Capim Branco	Não		Sim	2006
7	Confins	Sim	2014	Sim	2002
8	Contagem	Sim	2013	Sim	1997
9	Esmeraldas	Não		Sim	2005
10	Florestal	Não		Sim	2002
11	Ibirité	Não		Sim	2001
12	Igarapé	Sim	2010	Sim	2010
13	Itaguara	Sim	2013	Sim	1998
14	Itatiaiuçu	Não		Sim	2006
15	Jaboticatubas	Não		Sim	2013
16	Juatuba	Sim	2001	Sim	2001
17	Lagoa Santa	Sim	2009	Sim	2000
18	Mario Campos	Sim	2013	Sim	2013
19	Mateus Leme	Não		Sim	2000
20	Matozinhos	Sim	2003	Sim	1999
21	Nova Lima	Sim	2013	Sim	2000
22	Nova União	Não		Não	2005
23	Pedro Leopoldo	Não		Sim	1995
24	Raposos	Não		Sim	1999
25	Ribeirão das Neves	Sim	2012	Sim	2007
26	Rio Acima	Não		Sim	2002

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

27	Rio Manso	Não		Sim	2011
28	Sabará	Não		Sim	2005
29	Santa Luzia	Sim	2010	Sim	2010
30	São Joaquim de Bicas	Não		Não	1998
31	São José da Lapa	Não		Sim	2009
32	Sarzedo	Não		Não	2011
33	Taquaraçu de Minas	Não		Não	2009
34	Vespasiano	Não		Não	2001

* Os dados relativos aos Conselhos de Patrimônio foram baseados na documentação de ICMS Cultural entregue pelos municípios em 2014 para o exercício 2016.

O impacto da ausência de uma estratégia de indução de políticas culturais municipais por parte do Estado pode ser avaliado no baixo número de Conselhos de Cultura ou de Política Cultural ativos na região em comparação com os de Patrimônio Cultural, para os quais existe a política do ICMS Cultural. Isso explicaria como o setor de patrimônio, mesmo com seu caráter restrito e específico, consegue uma difusão muito maior do seu principal mecanismo de participação social do que os Conselhos de Cultura ou Política Cultural, que possuem um potencial de agregar e contemplar uma fatia maior e mais diversa da sociedade, mas continuam ausentes em vários municípios.

Outro aspecto que chama a atenção é a facilidade de se obter informações sobre os Conselhos Municipais de Patrimônio Cultural em Minas Gerais, já que toda a documentação referente a estes está reunida no IEPHA e disponível para consulta. No caso dos Conselhos Municipais de Cultura ou de Política Cultural, nem o governo federal, nem o governo estadual possuem informações sobre o número e a situação dos mesmos, o que dificulta em muito qualquer tipo de pesquisa relacionada ao assunto. Para elaboração desse artigo foram feitos contatos por telefone e por e-mail com todos os órgãos gestores de Cultura da Região Metropolitana de Belo Horizonte. Além do

XII ENECULT

ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

desconhecimento de muitos funcionários públicos sobre o assunto, foi identificada também uma dificuldade de acesso à informação sobre os conselhos, sendo geralmente o gestor responsável pela pasta ou departamento de cultura a única pessoa capacitada a informar sobre a situação do conselho, ou sobre sua lei de criação.

Vale ressaltar que, em 2015, pela primeira vez, o Ministério da Cultura abriu editais para municípios, condicionando a participação destes à existência de alguns mecanismos integrantes ao Sistema Nacional de Cultura, entre eles o Conselho de Cultura ou de Política Cultural. Os resultados dessa iniciativa, porém, ainda não puderam ser avaliados, tendo em vista o curto espaço de tempo de sua implementação.

Considerações finais

Apesar da situação precária em que operam os órgãos municipais gestores de cultura, é claro o esforço dos mesmos em contar com setores de patrimônio cultural organizados e manter em funcionamento os conselhos gestores de patrimônio para atender às deliberações formuladas pelo IEPHA. Em cerca de vinte anos de existência da política do ICMS Cultural, pode-se constatar que a estratégia alcançou resultados positivos quanto ao aumento da participação social e da transparência no que diz respeito ao setor de Patrimônio Cultural, embora não faça parte dos objetivos desse artigo abordar a estrutura de funcionamento desses conselhos. Conclui-se que apenas a existência e a manutenção dos mesmos já se configura como um avanço no que diz respeito ao direito de participação da população na gestão pública, já que abre-se a possibilidade de cidadãos participarem de uma plataforma de interação direta com o poder público e acessarem as informações de suas cidades, reunidas e disponibilizadas pelo IEPHA.

Por outro lado, com relação ao Conselho de Cultura ou de Política Cultural, pode-se constatar que a grande maioria dos municípios não o possui em sua agenda política. Esse cenário evidencia a tendência dos municípios em adotar determinadas políticas em função dos benefícios financeiros que possa vir a ter e não primordialmente



em função de um desejo de ouvir a sociedade, compartilhar a gestão e promover a cidadania.

Referências bibliográficas

ARIMATEIA, Karine. **O ICMS cultural como estratégia de indução para a descentralização de políticas de patrimônio cultural**. Cadernos

da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 12, n. 18, p. 165-201, jan./jun. 2010.

AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e participação no Brasil democrático. In: AVRITZER, Leonardo (organização). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009

BIONDINI, I.V.F; STARLING, M.B.L; CARSALADE, F.L. **A política do ICMS Patrimônio Cultural em Minas Gerais como instrumento de indução à descentralização de ações de política pública no campo do patrimônio: potencialidades e limites**. Cadernos da Escola do Legislativo – Volume 16; número 25; Jan-Jul 2014.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 02 dez. 2015.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceito, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural: cultura e imaginário**. São Paulo: Iluminuras, 2012.



GOHN, Maria da Glória. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

MINAS GERAIS. **Deliberação Normativa 01/2016**. 23 de fevereiro de 2016. Disponível em <<http://iepha.mg.gov.br/component/content/article/22-icms/1413-deliberacao-normativa-01-2016>>. Acessado em 25 mai. 2016.

MORONI, José Antônio. O direito à participação no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (organização). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009

ROCHA, Enid. **A Constituição Cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios**. 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social, Anfip, Brasília, 2008

RODRIGUES, José Eduardo Ramos. Importância e responsabilidade dos conselhos municipais do patrimônio cultural. In: MIRANDA, Marcos Paulo de Souza; ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo (organização). **Mestres e Conselheiros: Manual de atuação dos agentes do Patrimônio Cultural** – Belo Horizonte: IEDS, 2009.